Obrigado Senhora Presidente,

Conectas Direitos Humanos, Association for the Prevention of Torture, Rede Justiça Criminal and Agenda Nacional pelo Desencarceramento gostariam de chamar a atenção deste Conselho para o retrocesso em políticas públicas e instrumentos de combate e prevenção à tortura e aos maus-tratos no Brasil, em especial das audiências de custódia e dos órgãos nacionais.

As audiências de custódia, que desde 2015 vêm desempenhando um papel importante no combate à tortura, estão sendo substituídas, em alguns estados do país, por uma chamada de vídeo efetuada dentro da delegacia ou locais de custódia, sem a presença da defesa.

O governo federal promoveu ataque sistemático ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, por meio de atos que reduziram a capacidade de atuação do Mecanismo Nacional, atentando contra a atuação de seus peritos, fragilizando a participação da sociedade civil no Comitê Nacional e, ainda, designando militares para representação governamental. Essa tentativa de militarização de instâncias do Sistema também é adotada por unidades da federação, como o Estado de Rondônia.

Agravando este quadro, recentes mudanças legislativas tornaram da jurisdição militar a investigação e julgamento de violações de direitos humanos, como a tortura, e até mesmo homicídios praticados por militares em operações de segurança pública. Essas alterações também ampliaram obstáculos à investigação de crimes praticados por policiais militares.

Reconhecemos que essas questões trazem graves consequências para o enfrentamento à tortura no país e com impacto contra pessoas vulneráveis, especialmente jovens negros, principais vítimas do racismo e da violência estatal no Brasil. Solicitamos ao Estado brasileiro que respeite as obrigações contidas no Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, e que revogue o Decreto que debilita o Sistema e o Mecanismo de Prevenção à Tortura. Pedimos, ainda, a este Conselho e a seus mecanismos, que monitorem de perto a grave situação dos direitos humanos no Brasil.

Obrigado.

**Versão Inglês**

Thank you Madam President,

Conectas Direitos Humanos, Association for the Prevention of Torture, Rede Justiça Criminal and Agenda Nacional pelo Desencarceramento would like to call this Council's attention to setbacks in public policies and instruments for combating and preventing torture and ill-treatment in Brazil, especially in custody hearings and in national bodies.

Custody hearings, which since 2015 have been playing an important role in combating torture, are being replaced, in some states across the country, by a video call made within the police station or custody places, without the presence of the defense.

The federal government carried out a systematic attack on the National System for the Prevention of Torture, dismanteling the capacity of the National Mechanism to work and weakening the participation of civil society in the National Committee as well as designating military personnel for government representation.

Worsening this situation, recent legislative changes gave power to the Military Justice System to investigate and prosecute human rights violations, such as torture, and even homicides committed by military personnel in public security operations. These changes also increased obstacles to the investigation of crimes committed by the military police against civilians.

These actions impact on the most vulnerable, especially black youth, the main victims of racism and state violence in Brazil. We ask the Brazilian government to respect the Optional Protocol to the Convention Against Torture, and to revoke the Decree that weakens the System and Mechanism for the Prevention of Torture. We also ask this Council and its mechanisms to closely monitor the human rights violations in Brazil.

Thank you.